

# É PRECISO FALAR SOBRE O LUGAR DO DIZER: A MÚLTIPLA PERSPECTIVA (PARA)TÓPICA

Rosângela CARREIRA

Em um momento drástico de crise sócio-histórica em que a ausência de interpretação discursivo-textual leva uma parcela da população brasileira a ler e acreditar em tudo que lê, tomando como verdades *fake news*, boatos e pseudoverdades, enquanto, em contrapartida, grupos sociais tentam esclarecer e proclamar sua interpretação da realidade, lutam pelo *lugar de fala* e analisam discursos que consideram (dis)tópicos, fazer um movimento de análise sobre os lugares do dizer, em certa medida, contribui para uma reflexão teórica sobre texto, discurso e leitura. Este capítulo tem por objetivo tecer uma análise sobre aspectos paratópicos participantes do processo de construção de sentidos direta ou indiretamente. Para isso, retomamos conceitos apresentados por Charaudeau e Maingueneau (2004), Cunha (1994), Maingueneau (2006, 2008 e 2010), Carreira (2015), Chaves (2018). “Se os *topoi* são lugares dentro da tópica que interagem na construção dos argumentos, a paratopia, por sua vez, reflete um lugar paradoxal que se institui e

se integra paralelamente ao discurso vigente” (CARREIRA, 2015, p. 159), assim, pretendemos analisar esse movimento duplo na construção de sentidos durante a recepção discursiva.

## *Introdução*

Os espaços de interação são ainda ponto bastante complexo nas análises linguísticas em geral. Se por um lado, o analista delimita seu objeto e faz seu recorte para analisar determinadas unidades científicas, por outro, muitas vezes, se vê diante de um *corpus* que leva a pensar tanto nos sujeitos empíricos quanto nos espaços físicos que geraram a situação de comunicação.

Considerar os sujeitos como enunciadores e o contexto dentro do processo de enunciação que se apresenta para a análise é importante, contudo, desprezar o espaço físico não é tarefa tão simples quanto parece. Ao recusar o espaço histórico-geográfico e apegar-se às condições sócio-históricas, às intersubjetividades e ao contexto linguístico para análise da cena de enunciação, o analista segue um percurso metodológico importante para sua análise e posicionamentos. Mas será que desconsiderar o espaço físico é tão simples assim? Será que as concepções de espaço que temos não são também construtos discursivos ideologicamente marcados que podem interferir diretamente na análise se forem considerados? Em que medida o existir dos sujeitos sociais/empíricos demarcados por um lugar do dizer intervém nas representações de lugar e espaço que construímos durante um processo de interação? Em que medida os sujeitos da enunciação trazem marcas linguísticas que refletem um existir?

Vivemos um momento em que direitos civis conquistados pelas minorias estão sendo atacados, ódios e preconceitos sendo

utilizados como bandeiras políticas. Notícias falsas ganhando teor de verdade e a Ciência sendo perseguida. Não por acaso, muitos trabalhos surgem no contexto acadêmico tratando de discurso de ódio, *fake news*, *ethos*, discurso de resistência e outros. Em certa medida, a contestação da legitimidade de determinados discursos e determinadas formações discursivas geram essa necessidade que, por sua vez, instauram processos de enunciação, construções de sujeitos enunciativos que buscam defender seu lugar social, político e intelectual, ou ainda, de forma mais veemente e cruel, seu lugar de existência e sua identidade.

*[...] a identidade um liame do discurso, cuja função é caracterizar o lugar de enunciação dos sujeitos do discurso; esse lugar de enunciação é pré-determinado sócio-histórico e culturalmente, e, também uma negociação de efeitos de sentido, dadas pelo interdiscurso na enunciação (CHAVES, 2018:15).*

E para dar conta dessas relações e da compreensão de tais efeitos, é preciso interpretar os processos de enunciação, a partir da interdisciplinaridade, por isso, neste capítulo, pretendemos mergulhar nessas inquietações e nesses lugares. Primeiramente, vamos tratar da concepção de espaço físico, a partir de teóricos estudados pela Antropologia e Sociologia para demonstrar que mesmo essas concepções são carregadas de abstrações necessárias para nossa interpretação; em segundo lugar, sairemos das situações de comunicação que emanam dos espaços sociais para tecer algumas considerações sobre contexto linguístico, por último, trataremos dos *topoi* discursivos com ênfase na paratopia e sua relação com o dizer de um criador.

## *Espaço físico: o lugar do viver*

O espaço físico histórico-geográfico, algumas vezes descartados por alguns analistas, pode parecer distante daquilo que chamamos de lugar discursivo, no entanto, as teorias e concepções que servem de base para aquilo que concebemos como espaço/lugar também são construtos discursivos legitimados socialmente que nos são impostos por situações sociais, culturais e históricas. Levando em consideração que aspectos geográficos, não são somente extensões territoriais e demarcações de territórios federais socialmente instituídos e considerados lugares, mas também considerando que

*o lugar é o centro do significado construído pela experiência. E conhecido não apenas através dos olhos e da mente, mas também através dos modos mais passivos e diretos, os quais resistem à objetivação. Conhecer o lugar plenamente significa tanto entendê-lo de um modo abstrato quanto conhecê-lo como uma pessoa conhece a outra. Num nível altamente teórico, os lugares são pontos no sistema espacial. Num extremo oposto, são sentimentos altamente viscerais (TUAN, 2018, s/n).*

Tal experiência enraizada no viver dos sujeitos delinea paisagens e estilos arquitetônicos que carregam em si as profundas marcas de historicidade e geram significações outras para o viver dos sujeitos empíricos em sociedade. Segundo o autor, os espaços constituídos pela experiência humana configuram-se em lar, cidade, vizinhança e região, nação-estado como exemplos de experiências ativas dos grupos sociais em relação ao espaço, experiências essas que demonstram que, mesmo para conceber os espaços geo-

gráficos, há um grau de abstração.

Assim, andar pelas ruas e ler a arquitetura de uma cidade, bem como, por exemplo, ler grafites e pichações pressupõe a mobilização de experiências tanto sensoriais, quanto políticas e ideológicas em relação ao que se experencia. Um indivíduo pode olhar para o muro abaixo e considerar uma violação ao patrimônio, falta de respeito ou falta de educação; pode tentar interpretar o que está ali como uma intervenção artística, ou ainda, tentar entender as marcas de subjetividade deixadas ali pelos sujeitos como uma forma de existir no mundo.



Fonte: <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2014/05/16/noticia-e-mais,154708/pichacao-em-debate-na-faculdade-de-direito-da-ufmg.shtml>. Acesso em: 26 maio 2020.

As formas como sujeitos interagem com esse espaço físico deixam marcas, inclusive, na parte arquitetônica. Os sujeitos não somente picham ou grafitam muros, mas também criam caminhos

em estradas de terra, estabelecem relações afetivas com praças e igrejas, recriam espaços instituindo nova proxêmica para o seu lugar de existência, de sorte que a noção de lugar espacial entrecruza-se com um existir de sujeitos empíricos que aceitam e interagem com essas configurações.

É no espaço do existir que as interações acontecem e que as sociedades se constituem histórico-culturalmente. Os sujeitos que interagem, por sua vez, trazem para o espaço do dizer elementos de configuração de sentidos que se constituem a partir de conhecimentos prévios e enciclopédicos particulares captados do espaço do existir (com toda sua abstração) e conhecimentos compartilhados, que também se instituem por meio de uma memória coletiva. Simmel (2013), citando Kant, observa que a concepção de espaço também se dá, de certo modo, pela capacidade de estar junto. Essa característica de sociação<sup>31</sup> faz da concepção espacial física bastante abstrata, uma vez que dessas diferentes formas de agrupamentos humanos surgem as configurações de vida comunitária que podem se dar pela exclusividade do espaço instituído; pelos limites estabelecidos que emolduram o viver; pela forma como os grupos se fixam e interagem com os espaços para a individualização do lugar e pela maneira como as pessoas se inter-relacionam e se relacionam sensorialmente com o lugar. É na mobilidade da existência humana e na forma como interagem com os espaços que as relações sociais e históricas se estabelecem.

Obviamente, quando entramos no espaço do dizer e delimitamos nosso olhar para o objeto a ser analisado, o espaço enunciati-

---

31 No original, “Vergesellschaftung”. A opção pela acepção pouco comum em português “sociação” visa ressaltar o caráter processual do termo original, no sentido de “engendrar sociedade (Gesellschaft)” por meio dos efeitos recíprocos dos indivíduos uns em relação aos outros, suas interações. [Informação sugerida pelos pares desenvolvedores da edição a partir de [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142013000300007#nota6a.](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300007#nota6a.)].

vo é o nosso foco, contudo, entender como se dão as relações espaço-temporais no lugar do existir é significativo para compreender diferentes relações políticas, sociais e culturais. Delimitar o espaço do dizer não significa menosprezar por completo a existência de um espaço do existir responsável pela circulação de processos de enunciação e gêneros do discurso no espaço do dizer, pois são essas percepções que levarão o analista a conceber e comprovar determinados efeitos de sentido, determinadas formações discursivas e variadas possibilidades de interpretação de enunciados e aspectos discursivos.

A nosso ver, apagar a existência de um espaço do existir pode levar ao apagamento de elementos relevantes para a compreensão do contexto linguístico e do *topos*, delimitar o espaço do existir não significa apagar a existência. Assim, o modo como o analista do discurso se posiciona diante do lugar do dizer que pretende analisar constitui um novo lugar. Que lugar é este? Por que importam os lugares do dizer? Por que falar de espaço físico para chegar ao *topos*?

Acredito que o lugar da análise é o lugar do incômodo, é o lugar da inquietação que busca respostas nem sempre fáceis e quase sempre fora do enunciado. Logo, os lugares do dizer importam porque emanam de um lugar do existir em que os sujeitos precisam legitimar de alguma forma o seu dizer. Transitar entre os espaços significa de alguma forma considerar que os *topoi* apresentam posicionamentos, ideologias, valores, concepções que emanam de considerações individuais e coletivas rechaçadas ou legitimadas pelo objeto de análise, conforme exemplo que demos acima com as marcas discursivas deixadas em muros e paredes.

Neste momento em que direitos estão sendo ameaçados e preconceitos aflorados, os conflitos políticos de uma sociedade em

crise emanam no lugar do dizer. Assim, há um espaço abstrato que transita entre a materialidade histórica e a materialidade discursiva. Entretanto, ao interagir com essas questões políticas ou ao caminhar pela cidade lendo suas paredes na busca de uma compreensão maior da realidade, entramos em outra dimensão, aquela em que um sujeito institui um sentido para uma semiose posta em sua realidade. Ao lermos “Pizei seu muro tia na parte de fora, da rua que é nossa!”, não estamos mais no espaço físico, no endereço real, no bairro, na cidade. Ao fazermos este recorte para servir como exemplo neste capítulo, já fizemos uma escolha discursiva, já instituímos um papel enunciativo de servir como exemplo para o nosso dizer, já não se trata da abstração física, mas da abstração linguística que se revela no poder argumentativo de um exemplo. Neste enunciado, em que o sujeito oculto [eu] tenta manter uma relação de proximidade com seu enunciatário [tia], há questões políticas [patrimônio privado (dentro da casa) x patrimônio público (fora da casa)], há questões de legitimação de um grupo porque [a rua é nossa!] e outras. Entretanto, somente somos capazes de fazer essas relações seja como analistas, seja como meros leitores, porque somos sujeitos co-enunciadores dentro de um espaço de existência. Mas, nesse movimento, entre sujeitos e enunciados, seja na leitura da realidade política, seja na leitura das paredes, institui-se aquilo que concebemos como contexto linguístico.

### *Contexto linguístico: o lugar da intersubjetividade*

O contexto linguístico, como vimos, vai se delineando na medida em que os sujeitos interagem entre si ou quando interpretam a realidade de algum modo e têm contato com processos de enunciação que requerem a mobilização de conhecimentos para a construção de sentidos. Segundo Van Dijk (2012:87),



*os contextos não são um tipo de situação social objetiva, e sim construtos dos participantes, subjetivos embora socialmente fundamentados, a respeito das propriedades que para eles são relevantes em tal situação, isto é, em modelos mentais.*

Na seção anterior, tratamos do espaço do existir, esse espaço físico-abstrato de difícil definição, pois é nele que se encontra o fundamento social para que haja um construto linguístico.

Usar “contexto” como uma unidade de análise não é fácil por sua difícil definição, delimitação e por agregar complexos elementos conceituais, muitas vezes, contexto pode vir associado à noção de espaço, o que o leva a ser interpretado de forma diferente pela Geografia, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Linguística e Ciências Cognitivas, logo, Van Dijk (2012:34) propõe *uma teria do contexto nova e multidisciplinar* afastando-o da noção de situação comunicativa, porém, reitera que é necessário delinear um conceito que dê conta de sua utilização nas teorias da língua, do discurso, da cognição, da interação, da sociedade e da política e traça os seguintes percursos avaliativos e teóricos:

Quadro I

Elementos conceituais para “contexto”	Especificidades
Construtos dos participantes	As situações sociais só conseguem influenciar o discurso através das interpretações (inter)subjetivas que delas fazem os participantes.
Como experiências únicas	Contextos únicos também condicionam maneiras únicas de usar a linguagem, ou seja, discursos únicos.
Como modelos mentais	Representam as propriedades da memória episódica que controlam os processos de compreensão e produção.
Tipo específico de modelo de experiência	Os constructos mentais são experiências específicas dos participantes do processo de interação, por isso, controlam a percepção e a interação.
Apresentam modelos esquemáticos	Consistem em esquemas de categorias compartilhadas cultural e socialmente que controlam a produção e a compreensão do discurso
Apresentam bases sociais	Os contextos têm bases sociais porque os participantes compartilham “fatos” intersubjetivos.
São dinâmicos	Os contextos são dinâmicos porque se atualizam e se adaptam na troca enunciativa.
São amplamente planejados	Os participantes planejam e antecipam conhecimentos compartilhados responsáveis pela produção desse construto.
Modelos apresentam funções pragmáticas	A concepção de contexto adapta-se ao entorno social e ao uso da língua pelos participantes da situação de comunicação.

<b>Elementos conceituais para “contexto”</b>	<b>Especificidades</b>
Contexto x texto	Contextos não são textos, apresentam-se por meio de implícitos e pressupostos, são sinalizados, indiciados pela situação comunicativa.
Contexto e relevância	Não representam situações sociais completas, somente aquelas relevantes para o processo interacional e interpretativo.
Microcontextos e macrocontextos	Os contextos podem representar situações de interação em diferentes níveis.
São o centro do meu/nosso mundo	Os contextos são a representação de um sujeito no mundo, um ego que se expressa em um tempo e um espaço.

**Fonte: Adaptado de Van Dijk (2012)**

Todos esses elementos juntos têm como eixo comum: o processo de interação entre sujeitos em um determinado tempo e espaço. Isto é, os sujeitos no processo de interação criam a representação contextual e estabelecem contratos para *o lugar do dizer* instaurado, os quais relacionam a situação social, o contexto e o uso.

A relação contratual depende de elementos objetivos controlados pelo processo de intersubjetividade, segundo Charaudeau (2001) parceiros discursivos - Eu comunicante (EUC) e Eu/Tu interpretante (EUI/TUI) - estabelecem um contrato que é orientado por três componentes: *o comunicacional* que envolve os elementos físicos da situação de interação; *o psicossocial* relacionado aos estatutos dos participantes e *o intencional* concebido como um conhecimento a priori. Desse modo, “o sujeito comunicante (EUC)

é o parceiro que detém a iniciativa no processo de interpretação, ele encena o *Dizer* em função dos três componentes” (CHARAU-DEUAU, 2001). Por meio de estratégias discursivas performativas, responsáveis pelos efeitos de sentidos nos discursivos, o sujeito estabelece o *lugar do dizer*.

Relacionando *esse lugar do dizer* ao contexto discursivo, percebemos que, por meio das marcas linguísticas, é possível estabelecer critérios de análise para verificação de elementos discursivos, assim o contexto linguístico considerado como construto instaura os sujeitos da enunciação e é instaurado por eles, compondo estratégias discursivas variadas. Desse contexto, por sua vez, é possível delinear diferentes formações discursivas e averiguar no quadro cênico, as características que mobilizam sentidos em diferentes redes de cenas de enunciação.

Maingueneau (2004), também assume que os contextos não são necessariamente o espaço físico, o momento e o lugar reais/sociais da enunciação. Entretanto, redundantemente, considera que há, no mínimo, três tipos de informações a respeito de “contextos” a serem considerados durante a interpretação do dizer: *o ambiente físico da enunciação ou contexto situacional; o cotexto e os saberes anteriores à enunciação*.

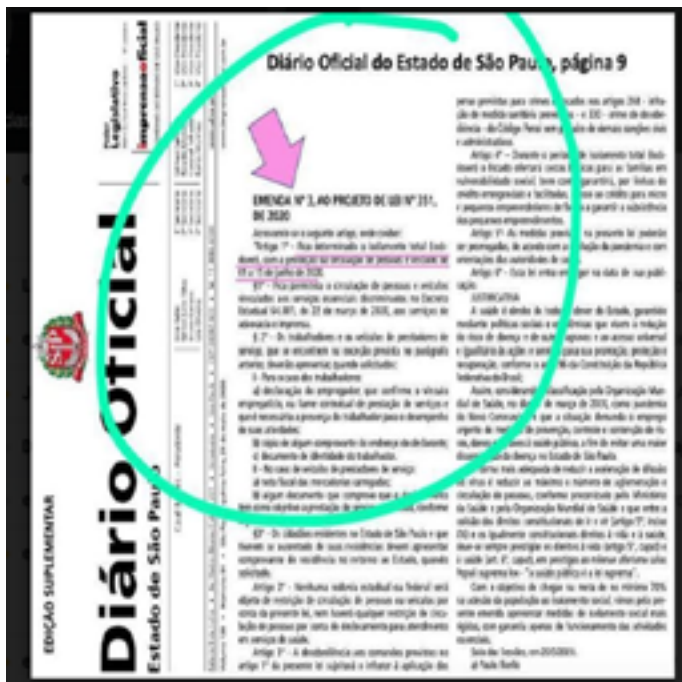
O *contexto situacional* se apresenta por marcas enunciativas que denunciam o lugar do dizer no enunciado. Os *cotextos* são unidades resgatadas pela memória do intérprete, assim, como unidades de um fragmento extraído de um romance podem resgatar o todo, por exemplo. Já *os saberes anteriores à enunciação* dizem respeito aos conhecimentos que são mobilizados e que são exteriores à enunciação, mas necessários a sua compreensão. Assim, de algum modo, para análise de diferentes *corpora*, a nosso ver, é preciso considerar este movimento exterior x interior, ou

seja, o espaço físico abstrato simbolicamente resgatado no lugar do dizer como participante do processo de interação.

Dito isso, ao retomarmos o exemplo dado na seção anterior, percebemos que o contexto situacional relativo ao espaço físico (local onde houve a pichação) perde-se como referência, pois, ao ser fotografado, utilizado no site de onde foi retirada a imagem como ilustração para um evento que tratava de pichação, interage com o texto ali presente, inclusive, serve como cotexto ao resgatar o autor da ação. Já aqui no gênero capítulo de livro acadêmico, converteu-se em ilustração e objeto de análise, logo, outro contexto situacional, serve como cotexto para este parágrafo e esta seção. Já os saberes anteriores à enunciação estão presentes em ambas as situações e são mobilizadas a partir de valores, posicionamentos e ideologias dos sujeitos.

Ainda para Maingueneau (2004), a apropriação de um contexto linguístico-discursivo se dá por meio de encenações. A cena de enunciação, para ele, se dá em três movimentos: na cena englobante, na cena genérica e na cenografia. A esses movimentos de interação unidos e atravessados por interdiscursos dá o nome de quadro cênico, mas observa que “não é diretamente com o quadro cênico que se confronta o leitor” (MAINGUENEAU, 2004: 87). O leitor se confronta com o gênero do discurso e com as estratégias discursivas necessárias para legitimá-lo. A cena englobante é que corresponde ao tipo de discurso. A cena genérica corresponde aos papéis instituídos pelo próprio gênero. Já a cenografia é a fonte de legitimação do discurso. Nessa intrincada tríade, encontra-se o tópico. Assim, quando se cria uma fake news como no exemplo a seguir, mobilizamos esses elementos em prol da legitimação de uma “pseudoverdade” e construção de um contexto linguístico que pode possibilitar sua legitimação e adesão.

Figura I



Fonte: Mensagens de WhatsApp

Recentemente, mais especificamente no dia 21/05/2020, a *fake news* acima circulou nas redes sociais, a aparente motivação seria uma informação oficial sobre o *lockdown* em SP vinda de um jornal institucional, graças à COVID-19 e a possibilidade de parada total do Estado. Imediatamente, o governador desmentiu a informação e depois jornais noticiaram que a emenda rejeitada foi publicada equivocadamente. Vemos, então, o movimento de cons-

trução de um falso lugar do dizer. Respondendo, então, a nosso questionamento inicial: precisamos falar sobre os lugares do dizer, porque os espaços se atravessam, se demarcam, legitimam sujeitos e, nesse momento, lugares são forjados e dizeres são calados por pseudoverdades. Sujeitos fazem uso dos discursos constituintes com objetivos escusos, embora sempre tenham existido tais estratégias, neste momento em que temos uma crise moral e ética, a História que se vive se faz no dizer e atravessa as histórias dos sujeitos e os lugares do dizer.

Analisando a “notícia” falsa e considerando os três elementos para interpretação do contexto: *o ambiente físico da enunciação* é o da pandemia que permite dar o aspecto de legitimidade ao gênero; *o cotexto* vem demarcado pela data da notícia pelos termos “lock-down”, “isolamento”, “Diário Oficial”, entre outras marcas, *os saberes anteriores à enunciação* que são mobilizados são a necessidade de isolamento para contenção da pandemia, as notícias sobre a COVID-19, a possibilidade de paralisação proposta por alguns governadores e a situação caótica com aumento de casos em SP. Tudo isso, leva a possibilidade de legitimação do dizer. Também é importante salientar que as características dos grupos sociais e da forma como se relacionam com o espaço em época de pandemia se reflete na mobilização desses saberes tanto na construção de falsos discursos quanto na recepção.

A cena de enunciação é construída para dar veracidade à informação que se apresenta, a cena genérica é, aparentemente, de mensagem de *WhatsApp*, contudo, a cena genérica que se impõe é a de notícia; a cena englobante é política não somente pelo assunto em pauta, mas também pela forma como o gênero emenda é deslocado para criar a cenografia de uma notícia real, mas o que efetivamente reitera uma aparência de verdade é a ênfase dada pela flecha, sublinhado e círculo em marca texto, assim, o enunciador

não somente mimetiza a notícia, mas um recorte e um destaque dado a algo importante.

São muitas as camadas de dissociação da verdade como pudemos notar e muitas as camadas de associação, mas todas elas são movimentos discursivos que partem de lugares do dizer para construir um pseudotopos. O enunciatório pode partir da afirmação simplista “Se está escrito no Diário Oficial é real”, porque a institucionalização e as instituições são legitimadoras de discursos, ou seja, temos um contexto linguístico falso construído para levar a legitimação de um dizer como se fosse verdadeiro, pois “há discursos em que o lugar do dizer pode, aparentemente, coincidir com o espaço físico: por exemplo, no discurso jornalístico, em que notícias e reportagens, quase sempre, tratam de fatos reais e atuais” (CARREIRA, 2015: 160), por isso, as *fake news* costumam apoiar-se em gêneros do discurso jornalístico ou de discursos constituintes (religioso, filosófico, político, literário) para dar a impressão de realidade e atualidade.

Assim, passamos do espaço físico abstrato para o contexto linguístico complexo e chegamos ao *topos* não menos abstrato ou complexo, mas necessário para a compreensão de relações íntimas tanto na construção de sentidos quanto no processo de criação de enunciados e no processo de recepção. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004: 474),

*a palavra tópos (plural topoi) foi emprestada do grego. Ela corresponde ao latim locus communi, de que resultou lugar comum. (1) Fundamentalmente, um tópos é um elemento de uma tópica, sendo uma tópica uma heurística, uma arte de coletar informações e fazer emergir argumentos. (2) Um tópos é um esquema dis-*



*cursivo característico de um tipo de argumento. A época contemporânea juntou novas acepções a esses sentidos de base.*

Porém, o lugar dos exemplos dados pelos gêneros acima é o lugar do cotidiano, de circulação social determinada pela coletividade e pela partilha de conhecimentos, cuja complexidade compartilhada socialmente dá uma falsa impressão de simplicidade. Entretanto, há discursos fundadores, discursos constituintes, cujos lugares do dizer e os espaços de circulação são determinados e específicos, apresentando peculiaridades que ampliam as possibilidades de análise do dizer por seu papel na legitimação de discursos e de grupos sociais histórica e culturalmente demarcados, cuja complexidade cria fronteiras e delimita o espaço de circulação. É o caso do discurso literário.

Cunha (1994 *apud* Carreira, 2015) considera o *topos* literário e afirma que a *atopia* não é possível, pois sempre haverá um lugar do dizer, mesmo que este lugar se negue a si mesmo ou negue sua existência. E é desse lugar do discurso literário que passaremos a tratar agora. É o lugar dos discursos constituintes, aqueles que desempenham papel específico na sociedade, que legitimam dizeres, constituem e se autoconstituem.

Assim, do mesmo modo que as concepções de espaço mudam nas diferentes áreas do saber influenciadas pela forma como os sujeitos interagem com esse conceito, também o conceito de *topos* adquire novas nuances, quando relacionado ao conceito de discurso constituinte e à mudanças de perspectivas teóricas, pois os estudos cognitivistas, semióticos e textuais revelaram novos lugares na relação texto/autor/leitor; os *topoi* hipercodificaram-se:

*decorrente destas potencialidades combinatórias e de acordo com os contextos culturais em que é utilizado, O topos revela-se polissêmico e muitas vezes simbólico, de acordo com o co-texto em que está inserido, podendo ocupar um papel central ou periférico, estruturar-se de modos diversos, e articular-se com outros topoi. A sua dimensão histórica e convencional, verificável em textos retóricos e poéticos, parece ser, contudo, a sua principal característica. O seu re-uso e permanência na memória do sistema semiótico literário resulta, assim, do facto de representarem ideais e convenções estético-morais sancionadas pela tradição. Desta forma, OS topoi funcionam como um “contexto vertical”, servem de modelo de referência na tradição literária, tanto para os emissores como para os receptores, sendo usados de modo polivalente nos diversos textos e contextos, numa linha de continuidade ou de forma transgressiva, o que transforma estes macro-signos em referentes homossistémicos, que só possuem verdadeiro significado relativamente aos topoi já consagrados na memória do sistema semiótico literário (CUNHA, 1994: 4-5 apud Carreira, 2015, 165).*

Ao relacionar os *topoi* com um “contexto vertical”, percebemos a multiplicidade dos lugares do dizer, isto é, tal qual Van Dijk (2012) e Maingueneau (2004), assumimos que há discursos que apresentam lugares peculiares, também circunscritos na relação sujeito/tempo/espço, porém, considerando também aspectos semióticos, cognitivos, sociais, históricos e culturais.

## **(Para)topos e os múltiplos lugares discursivos**

Chegando ao *topos*, adentramos à múltipla perspectiva dos lugares do dizer, aos movimentos potenciais que instituem argumentos e posicionamentos do existir ao dizer. Para tratar do *topos* e direcionar-nos ao (para)*topos*, vamos nos deter no discurso literário, uma vez que esse lugar é vertical, está entre a verossimilhança, o “real” e o ficcional. O discurso literário, por sua vez, está entre os discursos constituintes que “*são aqueles que só podem autorizar-se por si mesmos, ou seja, não podem ter outros discursos acima de si*” (MAINGUENEAU, 2008: 158), constroem relações interdiscursivas auto e heteroconstituintes e afixam as práticas sociais legitimadoras de sua existência.

*no caso do discurso literário, por exemplo, a paratopia caracteriza, assim, ao mesmo tempo, a “condição” da literatura como cena englobante e a condição de todo criador. Que só se torna criador assumindo de modo singular a paratopia constitutiva do discurso literário. Associada ao escritor a paratopia só é paratopia associada a um processo criador. Não há paratopia que não seja elaborada por meio de uma atividade de criação enunciativa (MAINGUENEAU, 2008: 160).*

Isso porque o discurso literário quase sempre contará com a mediação de um enunciador (sujeito criador de processos de enunciação) e co-enunciadores (sujeitos coparticipantes do processo de construção de sentidos), de sorte que sua análise percorre uma topologia “real e estável” dentro das potencialidades de movimentos entre espaços instáveis. Permite lidar com “não lugares” (atopias) e “entre lugares” (paratopias) numa relação tão paradoxal

quanto a instituída pela cenografia.

A *atopia* é o *não lugar* característico de discursos marginais, como o discurso pornográfico, o discurso racista no Brasil, por exemplo, num entrelaçamento entre existir e não existir. O não lugar também pode manifestar-se no discurso literário que representa esses discursos sociais nos diferentes processos de enunciação e gêneros, seja na relação tópica direta ou nas relações intertextuais.

Já a *paratopia* está associada ao pertencimento e não pertencimento, a impossível inclusão em um lugar, há uma construção simbólica que se materializa no dizer, mesmo sem pertencer diretamente a ele para legitimá-lo. Podemos analisá-la e observar a multiplicidade de movimentos paratópicos que um produtor de discurso constituinte pode estabelecer. Segundo Maingueneau (2008), ela pode assumir a forma de alguém que se encontra em um lugar que não é o seu; de alguém que se desloca de um lugar para outro sem se fixar; de alguém que não encontra um lugar; a paratopia afasta esse alguém de um grupo (*paratopia de identidade*); de um lugar (*paratopia espacial*); ou de um momento (*paratopia temporal*). Há, ainda, as *paratopias linguísticas*, cruciais para o discurso literário, que caracterizam aquele que enuncia em uma língua considerada como não sendo, de certo modo, sua língua. Essa multiplicidade apresenta características específicas, tais como:

**Quadro II – Paratopia e suas especificidades**

<b>Tipos de Paratopia</b>	<b>Especificidades</b>
Paratopia de identidade	<p>Aquela que indica afastamento e/ou negação de pertencimento a um grupo. Pode ser de ordem:</p> <p>familiar: desviantes da árvore genealógica, crianças abandonadas, escondidas etc.</p> <p>sexuais: do universo dos travestis, homossexuais, transexuais, adúlteros etc.</p> <p>físico: pela raça, doença, deficiência etc.</p> <p>moral: do criminoso.</p> <p>psíquica: do louco.</p> <p>tolerada: comediantes de outrora, prostitutas, trabalhadores clandestinos.</p> <p>antagonismos: os salteadores.</p> <p>alteridade: o outro/o “exótico”.</p>
Paratopia espacial	Quando o lugar não é o lugar do sujeito do discurso. Por exemplo, na “literatura de exilados”.
Paratopia temporal	Marcada pelo anacronismo: meu tempo não é meu tempo.
Paratopia linguística	Quando o multilinguismo participa e/ou interfere na criação: minha língua x língua do outro.
Paratopia autoral	No caso de pseudônimos utilizados sem a função de pseudônimos, ou seja, quando são apenas codinomes reconhecidos pelos enunciadores e co-enunciadores.
Paratopia constituinte	Meu discurso não é meu discurso, como o Velho Testamento para o judaísmo e para o cristianismo. Quando a paratopia do discurso é um discurso constituinte.

<b>Tipos de Paratopia</b>	<b>Especificidades</b>
Paratopia afásica	Quando o juízo expresso não condiz com o juízo problemático criador e/ou social. Por exemplo, em autobiografias extremamente idealizadas, em que se omitem fatos relevantes de conhecimento geral.
Paratopia investigativa	Quando ficção e realidade se misturam, ou quando a ficção se apoia numa investigação paralela. Em romances jornalísticos, por exemplo.
Paratopia documental	Discurso recriado a partir de documentos, ou seja, esse discurso não é o meu, não sou eu que digo, mas a autoridade do registro documental. Ou ainda, quando o discurso serve como registro de discursos de épocas nas quais não vivemos, em realidades pouco exploradas ou não letradas, sem registros, por exemplo.
Paratopia testemunhal	Meu dizer não se diz testemunhal, não é testemunho, mas sou testemunha, e esse fato se sobressai ao dizer. Quando o discurso não se pressupõe testemunhal, mas o faz paratopicamente, pela relação criador x fatos históricos, ou criador x crimes de guerra, por exemplo.
Paratopia testemunho-documental	Meu dizer não é testemunho, mas sou testemunha e esse fato se sobressai ao dizer e ainda serve de registro para historiadores, por exemplo. Caso de Vencidos e Degenerados <sup>32</sup> .

**Fonte: Adaptado de Maingueneau (2006) e Carreira (2015)**

A paratopia não existe *a priori*, trata-se de um movimento potencial que poderá, ou não, se manifestar em níveis complementares, não hierárquicos:

*1. no nível do conjunto do discurso constituinte: os discursos religioso, filosófico, científico, os quais pertencem*

32 Em nossa tese de doutorado, ao final da análise, apresentamos essas novas categorias a partir da análise.

*e não pertencem ao universo social, na medida em que se trata de discursos que raíam o indizível e o Absoluto;*

*2. no nível de cada produtor de texto pertencente a um discurso constituinte: para estar em conformidade com sua enunciação, deve construir ele mesmo uma impossível identidade por meio das formas de pertencimento/não pertencimento à sociedade (MAINGUENEAU, 2018: 160).*

O próprio discurso literário compartilha com o movimento paratópico essa característica de não pertencimento total a um espaço específico físico abstrato, por isso, são discursos essencialmente paratópicos. Conforme observamos em nossos estudos sobre paratopia, essa unidade requer cuidado por parte do analista, pois como co-enunciador participante do processo de leitura/recepção e também analista, para conseguir perceber a presença de um elemento discursivo que se impõe; também deveria ter o cuidado de perceber que a paratopia não é interdiscurso, ela segue o caminho de um “contexto vertical”, paralelo ao dizer, e pode se sobrepor a ele por estar integrada a um criador, porque é “condição’ da literatura e condição de todo criador, que só vem a sê-lo ao assumir de maneira singular a paratopia do discurso literário” (MAINGUENEAU, 2006: 108).

## *Estudo do caso – romance “La Maison”: processo de criação paratópico?*

### *O espaço físico abstrato: do lugar do existir ao lugar do dizer*

O romance “La Maison” de Emma Becker publicado em 2019 na França foi feito a partir de um laboratório bastante peculiar da autora. Segundo o depoimento da autora, para escrever um novo romance, decidiu trabalhar como prostituta e o fez por dois anos em dois bordéis de Berlim que ela nomeou respectivamente Le Manège, lugar de exploração e desconforto, e La Maison, local confortável de trabalho, usava o codinome Justine em homenagem à personagem do Marquês de Sade. Segundo seu depoimento em várias entrevistas e no lançamento do livro, durante o processo fazia registros quase jornalísticos, contudo, abriu mão de tudo, quando parou para registrar e escrever o romance.

Em entrevista para o jornal *El país* em 14 de dezembro de 2019, afirma que a experiência a fez entender melhor sua própria sexualidade e os homens, também afirma que se tornou ainda mais feminista “Veja, no começo, trabalhar como prostituta obriga você a se tornar muito mais feminista, isso é claro. Mas também me fez sentir um pouco mais de ternura pelos homens, porque algo ficou claro para mim: nós mulheres somos muito fortes”.

Quando a escritora admite o processo que estabeleceu para a criação da obra e reitera essa experiência em entrevistas em mídias orais e escritas utilizando-a como estratégia de *marketing*, estamos no espaço físico abstrato do existir em que, aparentemente,



os sentimentos e sensações são expostos ou utilizados com função argumentativa, mas, ainda assim, estamos naquele espaço geográfico-antropológico das sensações espaciais. A experiência do existir retratada acaba por ser filtrada pela moralidade e ética social e revela as concepções sociais sobre o espaço do “bordel”, o espaço da prostituição e o espaço da obra. Tudo que foi experienciado nos bordéis não pode ser abarcado na narrativa e compartilhado na íntegra e no espaço do sentir, tão pouco as entrevistas podem comportar e exercer essa função.

Embora a experiência vivida pela autora sirva de suporte e material para a trama, bem como, as entrevistas e seus depoimentos sirvam para legitimá-la, ainda não podemos dizer que somente o fato de existir essa experiência seja paratópico, pois, como já dissemos a paratopia não existe *a priori*.

*a paratopia envolve o processo criador, que também a envolve: fazer uma obra é, num só movimento, produzi-la e construir por esse mesmo ato as condições que permitem produzir essa obra. Logo, não há “situação” paratópica exterior a um processo de criação: dada e elaborada, estruturante e estruturada. A paratopia é simultaneamente aquilo de que se precisa ficar livre por meio da criação e aquilo que a criação aprofunda; é a um só tempo aquilo que cria a possibilidade de acesso a um lugar e aquilo que proíbe todo pertencimento. Intensamente presente e intensamente ausente deste mundo, vítima e agente de sua própria paratopia, o escritor não tem outra saída que a fuga para a frente, o movimento de elaboração da obra (MAINGUENEAU, 2006, p. 109).*

E é na elaboração da obra que podemos contestar ou atestar a presença desse movimento paratópico. Dentro dos limites que impõe um capítulo teórico, delimitaremos nossa análise do contexto linguístico à apresentação e aos dois primeiros capítulos.

### *Contexto Linguístico: do lugar do dizer ao (para) topos*

Não nos interessa aqui fazer uma resenha da obra, nem tampouco nos deter nos diferentes enunciadores que formam parte da obra *La Maison*. Aqui, vamos nos deter na criadora e na criação.

A primeira cenografia é instaurada no primeiro capítulo pela epígrafe “Vous qui passez sans me voir, Jean Sablon” [Você que passa sem me ver], dentro do contexto linguístico e dos contratos estabelecidos, este enunciador/criador sai do espaço do existir e entra no espaço do dizer deixando sua sensibilidade aflorar e compartilhando com os co-enunciadores a maneira como este lugar é visto e, ao mesmo tempo, construindo a cena que será legitimada por um olhar induzido por esse dizer. A epígrafe praticamente ilustra a definição *de atopia*, isto é, este lugar [o bordel] existe, toda sociedade sabe, mas o preconceito não assume a existência do lugar. É esse o cenário que se impõe para os leitores/co-enunciadores. E inicia o primeiro quadro cênico que se desenvolve a partir da decadência do lugar em *flashback*.

A seguir, antes do início do segundo capítulo, temos:

« Il ne fallait pas aller  
 où habitait la dame aux grandes br  
 Personne ne lui parlait, personne ne  
 même bonjour. Elle enlevait les peti  
 Sa maison en était pleine. Pleine de peti  
 qu'on n'avait jamais revus, qu'on ne rever  
 parce qu'elle les mangeait l'un ap  
 La dame aux grandes br  
 était une *fill*

Louis CALAFERTE, *La Mécanique*

« Doch die Leute im bes  
 riefen : "Ihr kriegt uns hier  
 Das ist unsere Haus. Schmeißt d

**Fonte:** Adaptado de "La Maison" [e-book] p. 17.

Além da carga obviamente intertextual e interdiscursiva que se desenha com a presença de outros textos dentro da obra, os enunciados também fazem parte do cenário que se impõe paradoxalmente ao co-enunciador, ao mesmo tempo, a língua materna se choca com a língua e a cultura do lugar, para completar esse contraponto linguístico, ainda há outra epígrafe em uma terceira língua "Season of the Witch, Donovan". Novamente, o intertexto demonstra a atopia: o lugar proibido (a casa); o lugar à margem da sociedade; o lugar que desperta desejos; o lugar de confronto entre o feminino e o masculino; o lugar onde estão as bruxas. Além disso, a questão linguística vem à baila pela primeira vez, pois o

enunciador/criador que assumiu este papel de prostituta não o faz em sua terra natal, convive com “clientes” em outra língua e esse bilinguismo também revela um pertencer e não pertencer na criação da obra e em toda a enunciação, temos uma paratopia linguística que forma parte também desse processo de criação.

O romance na íntegra desperta o movimento potencial paratópico de pertencer ou não pertencer a determinado gênero, durante a leitura, como co-enunciadores, leitores se perguntam “É autobiografia?”, “É relato jornalístico?”, “É romance social?”, este movimento de pertencer e não pertencer, já indica que há paratopia, pois o romance não é autobiográfico, pois a autora não é prostituta por profissão, nem foi obrigada a se prostituir ou coisa parecida, ela o fez por vontade própria para a construção do romance; não é jornalístico, pois, embora seja baseado em fatos reais está ficcionalizado e nem os nomes dos locais são reais; é um romance nesse entremeio em que a criadora é testemunha de algo sem ser testemunha, por isso, identificamos o primeiro movimento paratópico potencial, que chamamos em nossos estudos expandidos de Maingueneau (2004) de paratopia-testemunhal, neste mesmo movimento. Também pelo processo que leva à criação do romance identificamos a paratopia investigativa, pois há uma investigação declarada pela autora que se sobrepõe à narrativa e instiga esses questionamentos na busca da impossível verdade ficcional, há o entremeio entre ficção e investigação que obriga o leitor a questionar o ficcional ou a apoiar sua interpretação na possível investigação.

Obviamente, a principal paratopia que se manifesta é a de identidade, a encontramos no mote principal da prostituição e da sexualidade que gera enfrentamentos sociais entre conservadores e liberais e, ainda, uma muito maior relativa ao posicionamento político da criadora que a paratopia de identidade feminista, pois não

se trata de uma mulher sendo “usada” ou “objetificada”, mas se trata de uma mulher que faz uso do seu corpo livremente, inclusive, para vendê-lo e assumir seu prazer e sua sexualidade publicamente. Assim, a nosso ver, o movimento que sustenta o processo de criação é o de paratopia de identidade feminista, apagado por puritanismos que enxergam somente a prostituição e a sexualidade.

Assim, o espaço, o contexto e o *topos* entrelaçados podem revelar também posicionamentos políticos e ideologias diante de assuntos considerados tabus presentes no processo de enunciação.

A maneira como os sujeitos empíricos lidam com situações sociais concretas como um muro pichado ou uma casa de prostituição no bairro podem aparecer em construtos linguísticos e, quase sempre, revelam *topoi*, *atopoi* e *paratopoi* marcadas por estratégias de construção discursivas que, por sua vez, revelam muito sobre os sujeitos do dizer, por isso, os lugares do dizer precisam ser garantidos e discutidos em prol de compreensões mais precisas dos sentidos de um processo discursivo e intersubjetivo.

## Conclusão

Neste capítulo, tivemos como objetivo enveredar por outros lugares de conhecimento para fazer o movimento de sair do nosso lugar do dizer [a análise linguística] entender o lugar do existir para outras áreas do saber e fazer o movimento de retorno ao lugar da análise para tentar compreender melhor a complexa e abstrata unidade de análise chamada paratopia.

Optamos por chamar de lugares do dizer como simplificação e didatização da análise, uma vez que lidamos com construções linguísticas e lugares do dizer. Entendemos o espaço como o lugar do

existir e, ainda que nosso objeto de análise não sejam espaços concretos e sujeitos empíricos, entendemos que as relações sociais são construções discursivas legitimadas, assim, entender a concepção de espaço como pertencente ao processo de construção discursiva feita por sujeitos sociais, a nosso ver, é importante para entender a unidade “paratopia”, pois ela pertence a um sujeito/criador/enunciador.

Compreendemos que a “paratopia” é uma categoria criada como forma de entender elementos participantes da construção de sentidos que não pertencem nem ao enunciado, nem à enunciação propriamente, mas à criação da enunciação e este movimento obriga sair do lugar de conforto e entender quem é o sujeito/criador e/ou onde ocorreu, em seguida, partir para análise das condições sócio-históricas e dos demais elementos que compõem o quadro cênico.

Sabemos de antemão que a concepção que se têm de enunciador e enunciação é abstrata tal qual as diferentes concepções de sujeito, contudo, não se trata de concepções aleatórias ou extrasensoriais, mas conceitos que têm como suporte básico um aporte no “real”.

Assim, compreendemos que no espaço físico (lugar do existir) não há *topoi* ou *paratopoi* no sentido concebido por Maingueneau (2004), mas lá circulam discursos, lá os discursos ganham vida e estruturam-se em gêneros; o lugar do dizer é um construto que delineia um contexto linguístico e mobiliza saberes e é no dizer que está o *topos*, porém, este lugar é atravessado por discursos e pode apresentar (para)lugares, mas a paratopia, ao ser associada ao sujeito criador, está associada a um processo de criação específico, aos discursos constituintes, que se autolegitimam.

Dito isso, uma pichação no muro, uma *fake news* e um romance guardam semelhanças no que concerne ao contexto linguístico, enquanto construto, mas distanciam-se tanto na forma como circulam na sociedade e são legitimados quanto no estilo e no quadro cênico.

O romance *La Maison* analisado e considerado para análise é construído por meio de uma vivência, a vivência em si no espaço do bordel não é a paratopia, mas a manifestação dessa experiência, enquanto investigação dá-se a partir de um movimento potencial paratópico investigativo e testemunhal, conforme propomos em nossos estudos expandidos de Maingueneau (2004), ou seja, a paratopia não existe *a priori*, não está na experiência, mas na forma como a experiência se materializa em enunciação.

Além disso, a paratopia de identidade é que se revela aparentemente de forma mais óbvia, mas vai além da prostituição tolerada e relacionada à sexualidade, trata-se de uma paratopia de identidade feminista, uma vez que a criadora assume seu corpo e faz dele o que bem entende, ainda que vendê-lo possa ser considerado como uma forma de submissão e objetificação, essa também é uma construção machista e patriarcal que usa os serviços da prostituta e o critica, sempre associando-o à exploração, entretanto, a autora não foi explorada, ela explorou os homens para entendê-los e para escrever, assumiu que ganhava bem, assumiu seu prazer, seu corpo, sua sexualidade publicamente e fez disso um negócio na execução da obra, tal situação analisada sem filtros é o ápice da prática da liberdade feminina.

Assim, em nosso percurso no capítulo, procuramos demonstrar que os lugares do existir e do dizer importam, porque estão intimamente relacionados aos sujeitos do dizer e à historicidade dos locais e dos processos de enunciação. Falar nesse momento sobre

esses lugares é revelar e legitimar lugar, é desfazer falsos discursos e compreender que há muito ainda a ser estudado, mas são esses movimentos que revelam e desvelam as construções e os efeitos de sentidos.

## *Referências*

- BECKER, Emma. **La Maison**. Paris: Flammarion, 2019.
- CARREIRA, Rosângela. **Paratopia e proxêmica discursiva: discurso e resistência na literatura**. São Paulo: Blucher, 2020.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. *In: MARI, H. et alli. Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte. Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFGM, 2001. p. 23-37.
- CHAVES, Ramon. **A paratopia do estigma: identidade e relato de si no discurso Recordações do escrivão Isaías Caminha, de Lima Barreto**. [Tese de doutorado] São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.
- MINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MINGUENEAU, Dominique. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SIMMEL, Georg. **Sociologia do Espaço**. Tradução de Rainer Domschke e Fraya Frehse. O original em alemão – “Soziologie des Raumes”, publicado em Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich (nova série, ano 27, v.1, Leipzig, 1903, p. 27-71) – encontra-se à disposição do leitor no IEA-USP para eventual consulta. *In: Estudos Avançados*. vol.27. no.79. São Pau-



lo, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300007>. Acesso em: 20 abr. 2020.

TUAN, Yi-Fu. Lugar: uma perspectiva experiencial. **Geograficidade**. V. 8. No. 1. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/27150>. Acesso: 20 abr. 2020.